

Autoridade, poder e liberdade em Hannah Arendt

Authority, power and freedom in Hannah Arendt

Rodiny Junior¹

RESUMO

O presente trabalho tenciona elucidar elementos do pensamento de Hannah Arendt (1906-1975) concernentes à política. O foco principal dar-se-á na origem e desdobramentos filosóficos da autoridade, além de explicitar as suas crises políticas e pré-políticas. Nesse sentido, faz-se mister pensar a autoridade de forma bem específica, uma vez que vigorou com excelência em todo mundo ocidental durante longo período de tempo, mas, entra em declínio no mundo moderno. Nesse sentido, é relevante destacar a diferença relacional e fundamental de autoridade e poder, que se efetiva através da *léksis* e da *práksis*, uma vez que o poder mantém a existência da esfera pública como o espaço potencial da aparência entre os homens que falam e agem. Quando a *léksis* e a *práksis* são convertidas em política, podem fundar uma esfera política cuja existência permite o aparecimento da liberdade, que é o elemento efetivo que confere sentido à esfera pública.

Palavras-chave: Autoridade. Poder. Liberdade. Política.

ABSTRACT

This paper intends to elucidate elements of Hannah Arendt's thinking (1906-1975) concerning politics. The main focus will be on the philosophical origin and unfolding of authority, as well as explaining its political and pre-political crises. In this sense, it is necessary to think of authority in a very specific way, since it has existed with excellence throughout the Western world for a long period of time, but, it declines in the modern world. In this sense, it is relevant to highlight the relational and fundamental difference of authority and power that is effective through *léksis* and *práksis*, since power maintains the existence of the public sphere as the potential space of appearance between men who speak and act. When *léksis* and *práksis* are converted into politics, they can found a political sphere whose existence allows the appearance of freedom, which is the effective element that gives meaning to the public sphere.

Keywords: Authority. Power. Freedom. Policy.

171

¹ Graduado em Filosofia pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro - FSB/RJ e pós-graduando em História Antiga e Medieval na mesma instituição. Graduando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Contato: rodinyjunior@edu.unirio.br.

O ponto de partida da compreensão política para Hannah Arendt é que esta acontece no espaço *entre-os-homens*, é um fenômeno totalmente externo ao homem e baseia-se na pluralidade dos homens (ARENDR, 1998, p. 21). Contudo, o “breve” século XX², marcado por duas guerras mundiais com dimensões até então desconhecidas em uma geração, além de ininterruptas revoltas e crises presentes a níveis locais até mundiais na ordem do dia, coloca em xeque essa pluralidade, ao ponto de nem historiadores conseguirem explicar tal fenômeno, como afirma o historiador italiano Franco Venturi (1914-1994): “Os historiadores não têm como responder a essa pergunta. Para mim, o século XX é apenas o esforço sempre renovado de entendê-lo” (VENTURI apud HOBBSAWM, 1995, p. 11). Primo Levi (1919-1987), na sua obra *Os afogados e os sobreviventes* (2004), refere-se a este tempo como uma “zona cinzenta”, na qual, de modo geral, designa um campo onde há um embaralhamento no conjunto de princípios e condutas, uma conjunção

² Para fazer uso do conceito do historiador inglês Eric Hobsbawm (1917-2012) ao século XX.

entre vítimas e algozes, em que muitas vezes o oprimido se torna opressor – por uma série de razões. Em outros termos:

trata-se de uma zona de contornos mal definidos, que ao mesmo tempo separa e une os campos dos senhores e dos escravos. Possui uma estrutura interna incrivelmente complicada e abriga em si o suficiente para confundir nossa necessidade de julgar³.

Primo Levi também era judeu e, assim como Hannah Arendt, foi preso, porém, este viveu mais intensamente o drama, pois fora deportado para Auschwitz. Nunca se considerou um escritor e julgou que fora precisamente tal experiência que o compelira a escrever algo com sentido e literariedade. Fez a ressalva de que a recordação do trauma é, em si, um processo traumático, pois evocá-la, na forma narrativa ou no testemunho oral, perturba a disposição da memória: o passado que não passa. Isto posto, engendra-se um problema, pois como narrar as experiências de destituição extrema e compreendê-las sem assumir a “lamentação da vítima” ou a “raiva do vingador”? Primo Levi propõe que, custe o que custar, deve-se

³ LEVI, 2004, p.36.

realizar o esforço de compreender o porquê do mal e como aconteceu, sem, todavia, incorrer nos essencialismos e maniqueísmos dos processos de representação.

Contar minhas experiências é uma necessidade, é preciso ter força para não escrever sobre elas, para não falar delas. Nos meus livros, nos primeiros, mas também no mais recente, *I sommersi e i salvati*, eu tive uma grande necessidade de reordenar, de recolocar em ordem um mundo caótico, de explicar a mim mesmo e aos outros. [...] Escrever é uma forma de ordenar⁴.

Com base nas catástrofes do século XX, pode-se formular com Arendt a seguinte questão: “Tem a política ainda algum sentido?”. O questionamento surge com base em experiências reais que se teve com a política. A pensadora pontua dois elementos que formulam essa pergunta e que se mesclam. O primeiro se dá a partir da experiência das formas totalitárias de governo, resultantes da extirpação da liberdade, o que representa uma “decisão política” em uma guerra de extermínio. No mundo antigo, política e liberdade eram idênticas; na condição moderna, por sua vez, precisam ser distinguidas por completo, e sucede a inquirição se a liberdade não começa apenas onde

⁴ *Idem*, 1997, p. 203, tradução nossa.

cessa a política. O segundo elemento se formula a partir das modernas possibilidades de destruição dos quais os Estados são detentores. Aqui, não apenas a liberdade está em jogo, mas a vida; a pergunta de agora levanta dúvidas sobre toda a política, pois dispõe se a política e a conservação da vida são compatíveis entre si, e anseia-se ilusoriamente por sua extinção. Espera-se que os homens tenham juízo e consigam abolir a política antes de sucumbir por causa dela.

Na medida em que a política é identificada com violência, no domínio de uns sobre os outros, dividindo o campo entre “nós” e “eles”, no esquema bipartido amigo/inimigo em que estes pensamentos são norteados por interesses egoístas, torna-se evidente que “*Power tends to corrupt and absolute power corrupts absolutely*”⁵ (ACTON apud ARENDT, 2006, p.200). Assim sendo, assiste-se, por sua vez, à passividade, à apatia dos indivíduos, além da renúncia do exercício da cidadania, de forma tal que a “condenação do poder” gera a “fuga à impotência” (ARENDT, 2012, p.28).

⁵ “Todo poder corrompe e que o poder absoluto corrompe ainda mais” (tradução nossa).

Hannah Arendt propõe ao referir-se à autoridade pensar não o que propriamente ela é, mas sim aquilo que a autoridade *foi*. Uma vez que a pensadora parte do argumento que a autoridade desapareceu do mundo moderno seria, pois, dissonante pensar o que ela é, inclusive este fato do desaparecimento da autoridade talvez indique, com maior propriedade, a dificuldade de se tratar essa questão. Na medida em que não há, em parte alguma, a possibilidade de visibilidade e experiência da autoridade no mundo das aparências, que é o horizonte de toda manifestação de sentido, o que causa controvérsia na análise deste conceito que se tornou enevoado. Desse modo, conclui: “tanto pratica como teoricamente, não estamos em posição de saber o que a autoridade realmente é” (ARENDR, 2011, p. 128, grifo da autora).

A perspectiva que permite Arendt concluir essa realidade ocorre mediante uma análise histórico-interpretativa que verifica uma constante e profunda crise de autoridade no mundo moderno, que resultou na catastrófica realidade dos regimes totalitários do século XX, o que se permite inferir que se trata de

uma crise política em sua origem e natureza. Os regimes totalitários (nazismo e stalinismo) representam um episódio sem precedentes históricos, pois se distinguem fundamentalmente das tiranias e ditaduras tradicionais, isto é, tiraram proveito da crise profunda da autoridade em que o sistema de partidos perdera seu prestígio e a autoridade do governo não era mais reconhecida.

A pensadora aponta, ainda, que o sintoma mais significativo desta crise é o fato de ter se espalhado em áreas pré-políticas, tais como a criação dos filhos e a educação. Nessa área, onde a autoridade, em seu sentido *lato*, sempre fora aceita como uma necessidade deveras natural, requerida claramente tanto por necessidades naturais; desamparo da criança, como por necessidades políticas; continuidade de uma civilização.

Faz-se mister elucidar que a autoridade que perdemos no mundo moderno não é a “autoridade em geral”, mas antes uma forma bem específica, que teve seu valor em todo o mundo ocidental durante longa duração. Assim sendo, a pensadora deseja reconsiderar, não só o que foi a

autoridade historicamente e as fontes de sua força e significação, mas também afirmar que seu desaparecimento concerniu no declínio de uma das principais bases de sustentação do ocidente. Em outros termos, sem a autoridade o mundo moderno ficou sem a pedra angular:

Algumas especificações similares parecem-me necessárias a respeito da moderna perda da autoridade. A autoridade, assentando sobre um alicerce no passado com sua inabalada pedra angular, deu ao mundo a permanência e a durabilidade de que os seres humanos necessitam precisamente por serem mortais – os mais instáveis e fúteis seres de que temos conhecimento⁶.

Do ponto de vista histórico, Hannah Arendt aponta que a perda de autoridade é o produto final de um processo que durante séculos solapou a religião e a tradição⁷. Em outras palavras, a crise da autoridade alcançou o estágio final do declínio que havia tido início nas profundas crises da tradição e das instituições religiosas no princípio da era moderna. Dos elementos da tríade Romana o que se mostrou mais estável foi a autoridade. Com a perda desta, a dúvida geral invade o âmbito político

⁶ ARENDT, 2011, p. 131.

⁷ Autoridade, religião e tradição, estes três elementos são fundamentais para Hannah Arendt, que seria a tríade da política romana.

e, somente agora, após o fato, pode-se dizer que a perda da tradição e da religião tornaram-se acontecimentos políticos de primeira ordem, uma vez que:

Com a perda da tradição, perdemos o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado; esse fio, porém, foi também a cadeia que aguilhou cada sucessiva geração a um aspecto predeterminado do passado⁸.

A perda da tradição aqui não deve ser entendida simplesmente como a perda do passado, mas sim, com a crise da metafísica, é que se perde o fio condutor. Solapou-se, pois, os ideais transcendentais, que, com longa duração, garantiram segurança na compreensão do passado, e também do próprio presente que era interpretado a partir das categorias metafísicas, que conferiram verdade ideal ao discurso sobre o real. De outra forma, a perda da religião trouxe consigo a evidência do declínio da instituição religiosa que passou a ser reconhecida muitas vezes como o lugar da hipocrisia e da mentira, fonte do atraso e do obscurantismo; as crenças são duvidadas, mas não se perde exatamente a fé.

⁸ ARENDT, 2011, p. 130.

O significado de “autoridade”, como se supõe, relaciona-se essencialmente com a obediência, que, por sua vez, é confundida frequentemente como alguma forma de poder ou violência. De modo geral, acredita-se legitimar a instrumentalização estatal da violência e da força com vistas à manutenção da autoridade e da ordem; o que para Hannah Arendt trata-se de uma análise equivocada, uma vez que “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (Ibidem, 2011, p. 129). Em outras palavras, a imposição de violência e da força evidencia um governo impotente, assim como uma ausência de autoridade. Uma vez que não se pode associar autoridade com violência, poder-se-ia pensar na persuasão e no discurso como um dos elementos de um governo fundado na autoridade, entretanto, da mesma forma incorreria em erro, já que “a autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso” (Ibidem, p. 129).

Nesse sentido, contra a ordem igualitária da persuasão, conclui-se que a ordem autoritária é sempre hierárquica e, mais ainda, tem uma legitimidade reconhecida, pois,

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assenta nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar predeterminado⁹.

A autoridade como fator único nas comunidades humanas não existiu sempre, ainda que tenha atrás de si uma longa história. A palavra e o conceito são de origem romana, contudo, no âmbito filosófico, Platão e Aristóteles aproximaram-se desta noção e precederam historicamente as experiências políticas romanas. Da mesma forma, os romanos sofreram uma grande influência da filosofia grega e foram além, podendo pôr em prática efetivamente a tentativa grega de fundamentação da autoridade, graças à própria experiência política desse conceito.

Platão confrontou a realidade da *polis* com um utópico governo da razão na pessoa do rei-filósofo. Sua tentativa de fundação de uma

⁹ Ibidem, 2011, p. 129, grifo nosso.

autoridade para o âmbito dos assuntos humanos colocava-se em nítido confronto com a experiência política grega, na medida em que a desigualdade na *polis* era desconhecida. A política em Atenas se fundava na liberdade e na igualdade, a desigualdade era apenas aceitável no âmbito da administração doméstica e entre desiguais; escravos e estrangeiros. A razão essencial para que os filósofos assumissem o governo da cidade assentava-se na hostilidade da política para com a filosofia, pois o filósofo experimentou a *polis* como ameaça à sua vida¹⁰. Assim sendo,

A filosofia de Platão mostra a rebelião do filósofo contra a *polis*. O filósofo anuncia sua pretensão ao governo, mas não tanto por amor à *polis* e à política (embora não se possa negar motivação patriótica a Platão, que distingue sua filosofia das de seus seguidores na antiguidade), como por amor à filosofia e à segurança do filósofo (ARENDRT, 2011, pp. 146-147¹¹).

O rei-filósofo, versado em ideias, possui o instrumental para governar. As ideias nas mãos do filósofo podem tornar-se *Leis*. Aristóteles, ao contrário, rejeita a estrutura de governo platônica do rei-

¹⁰ Confronto latente que certamente veio à luz no contexto do julgamento e morte de Sócrates.

¹¹ ARENDRT, 2011, pp. 146-147.

filósofo. Outrossim, o conceito de autoridade foi novamente concebido na filosofia política de Aristóteles, em sua essencial subordinação à razão, porém, ela não dispõe de caracteres ditatoriais, mas decorre, como em Platão, da superioridade do perito sobre o leigo. Mais uma vez, a hierarquia é fundada aqui em uma questão de natureza, pois o perito deve governar porque conhece, faz parte de sua constituição; da mesma maneira, o leigo deve pôr em prática as ordens do perito, devido, sobretudo, à sua impossibilidade de governar.

Desse modo, se os gregos dentro de sua filosofia buscaram recursos transcendentais e exemplos na esfera da vida e da administração doméstica para fundamentar a autoridade, foram os romanos que efetivamente alcançaram sua fundamentação na esfera dos assuntos propriamente políticos.

Ainda que seja verdade que Platão e Aristóteles elevaram o processo deliberativo (*lawmaking*) e a construção da cidade ao nível mais elevado possível na vida política, isso não significa que eles foram capazes de alargar a experiência grega da ação e da política para que esta passasse a

abranger o que mais tarde ficou conhecido como a genialidade política de Roma: legislação e fundação (cf. ARENDT, 2010, 195).

A autoridade na política romana se interconecta essencialmente com a experiência da fundação da cidade que, para os romanos, possui ao mesmo tempo caráter sacro. Uma vez que alguma coisa tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. A recordação e preservação da experiência originária da fundação da cidade de Roma eram o sentido e o significado de toda participação política¹². Por esse motivo, os romanos foram incapazes de repetir a fundação de sua primeira *polis* na instalação de colônias, mas conseguiram ampliar a fundação original até que toda a Itália e, depois todo ocidente estivessem unidos e administrados por Roma. Neste fato, verifica-se que os romanos estão diretamente ligados ao solo, uma vez que não poderiam fazer a fundação da *polis* como os gregos, pois estes poderiam repetir a fundação da *polis*

¹² Não por acaso, divindades tais quais Jano, deus do princípio, e Minerva, deusa da recordação, eram profundamente romanas. A santidade atribuída à fundação da cidade é perfeitamente entendida se se mantém em mente a significação igualmente importante da noção de religião.

de Atenas, seguindo o imperativo “onde quer que vás, serás uma *polis*”.

Nesse contexto surge a palavra *auctoritas*, desconhecida do vocábulo grego, que é derivada do verbo *augere*, que significa aumentar, crescer, engrandecer. A posse da autoridade impunha a necessidade de engrandecimento da experiência da fundação. Crescimento este diferente do conceito moderno, ao passo que no sentido moderno visa o futuro, no sentido romano é dado em direção ao passado: crescer significa estar perto dos antepassados, que inicialmente presenciaram e criaram a sagrada fundação, e depois engrandeceram por sua autoridade no transcurso dos séculos.

Arendt mostra que a crise que marca nosso tempo são a consumação e o solapamento da experiência da fundação dos romanos. Da mesma forma, as várias revoluções da época moderna, como a Revolução Francesa e a Americana, são tentativas de recuperar essas fundações e renovar o fio rompido da tradição, cuja finalidade é a possibilidade de construção de um novo mundo.

Para pensar política em Hannah Arendt, faz-se mister compreender que

esta não se dá somente nas instituições do Estado representativo, mas surge no espaço entre as pessoas. Porém, quando as pessoas agem em prol de seus objetivos particulares, ali surge o poder, capaz de arrefecer os regimes mais draconianos.

A efetivação do poder só se dá através da *léksis* – “na medida em que não são vazias e nem ocultam intenções” – e da *práksis* – “quando não são brutais, violentas ou destrutivas”. O poder mantém a existência da esfera pública como o espaço potencial da aparência entre os homens que falam e agem. A palavra *poder* deriva de potência, ou seja, possibilidade não atualizada.

O conceito de poder na obra da cientista política é importante para fazer a distinção deste com a autoridade. Enquanto a autoridade é oriunda e herdeira de um passado glorioso, o poder somente se dá na medida em que, sempre presente, exista a esfera onde as pessoas se unam e assumam uma decisão comum, porque poder é *potência*, isto é, possibilidade de mudança e de escolha do próprio destino; a possibilidade de trazer o novo ao mundo só há quando

a *plurivocidade* dos homens acontece em um espaço político.

Logo, a pensadora estabeleceu uma seção entre dois modos de analisar o poder: primeiro, como um instrumento de violência e imposição – forma de pensar que, a seu ver, desnatura o real significado da expressão; segundo, o poder visto como fim em si mesmo, engendrado sobre a ação conjunta das pessoas. Ao legitimar esta interpretação, a autora comenta que “o único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens” (ARENDDT, 2010, p. 251).

O poder surge “se e quando os homens se unem com a finalidade de agir” e desaparece com a dispersão das pessoas. A existência do poder se mantém pelo “prometer e cumprir, unir e pactuar”, atos que despontam para a fundação de uma estrutura terrena estável que abrigue esse seu “poder somado de ação conjunta”.

Uma vez que a política nasce da ação entre seres dialógicos que detêm a capacidade da *práksis* e de trazer a novidade ao mundo político, a liberdade aqui é, por sua vez, elemento essencial da política, de modo que, inexistindo a liberdade, “a vida

política como tal seria destituída de significado” (ARENDR, 2011, p. 192). Nesse sentido, a pensadora concebe a liberdade como razão de ser da política e o motivo dos homens viverem organizados.

Ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana¹³.

Na filosofia política de Hannah Arendt, ação e liberdade assumem significados contíguos, uma vez que ambas se manifestam no mundo. A liberdade é aqui elucidada como possibilidade de homens e mulheres reunirem-se em ação e discurso para tratar de assuntos que interessem à coletividade. No que concerne à ação, a esfera da pluralidade é a condição da atividade, pois o mundo é composto por pessoas diferentes: Deus criou o homem, mas os homens são um produto humano, terreno, um produto da natureza humana (Idem, 2008, p. 144). Noutros termos, os homens são iguais por serem humanos, mas únicos e distintos entre si de todos os que já

¹³ ARENDR, 2011, pp.191-192.

viveram, vivem e viverão (Idem, 2010, pp. 8-10). A distinção, para Hannah Arendt, ocorre quando os homens se lançam no mundo e moldam sua personalidade, através da *léksis* e da *práksis*. Uma vida sem discurso e sem ação é “literalmente morta para o mundo”, uma vez que se realiza fora do domínio público e da convivência humana (Ibidem, pp. 220-221). Nessa lógica, a política surge no intraespaço e se estabelece como relação. Além disso, conclui-se que *léksis* e *práksis* potencializam a política.

Faz-se mister salientar as distinções traçadas por Hannah Arendt ao termo liberdade. A primeira dá-se em um âmbito sutil entre a liberdade política; enquanto substrato da esfera pública e as liberdades constitucionais civis, que se originaram nas lutas em face dos governos tirânicos ocorridas entre os séculos XVII-XIX. A segunda ocorre entre liberdade e libertação, apesar de reconhecer a semelhança de seus significados em razão das revoluções na era moderna se inflamarem e se precipitarem em busca de ambos. O objetivo inicial das sublevações revolucionárias é a libertação, mas o seu apogeu consiste na consolidação de um espaço efetivo

para a liberdade, a partir da fundação de uma nova lei e de um novo corpo político. A luta contra a tirania tenciona a libertação, não a liberdade. Assim sendo, a liberdade no pensamento arendtiano significa um exercício e não uma garantia.

Destarte, para Hannah Arendt o fato de que o homem é capaz de agir significa que é possível esperar dele o inesperado e que ele é capaz de realizar infinitamente o que é improvável. A pensadora chega a esta feliz conclusão uma vez que cada homem é singular, e, que cada nascimento vem ao mundo como algo singularmente novo. Deste indivíduo, deveras singular, pode-se dizer que antes dele não havia ninguém. Uma vez que a *práxis* corresponde ao fato do nascimento, a *léxis* corresponde ao fato da distinção e efetiva à condição humana da pluralidade; viver sendo distinto e singular entre iguais (cf. ARENDT, 2010, p. 191). A crise do século XX fez com que o homem moderno perdesse a autoridade, a tradição e a religião, todavia, este não

perdeu a crença nos milagres¹⁴, a esperança e a fé, uma vez que:

Esta fé e esperança no mundo talvez nunca tenham sido expressas de modo tão sucinto e glorioso como nas breves palavras com as quais os Evangelhos anunciaram a ‘boa nova’: ‘Nasceu uma criança entre nós’¹⁵.

¹⁴ O milagre que salva o mundo, a esfera dos negócios humanos de sua ruína natural é o fato do nascimento (ARENDT, 2010, p. 259).

¹⁵ Ibidem, 2010, p. 259.

Referências

- ARENDDT, H. *A Condição Humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *A promessa da política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. *O Que é Política?* 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- _____. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Ática, 1988
- _____. *Sobre a Violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- LEVI, P. *Conversazioni e interviste*. Turim: Einaudi, 1997.
- _____. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) pelo conteúdo e opiniões expressos no presente artigo, além disso declara(m) que a pesquisa é original.

Recebido em 13/09/2019

Aprovado em 24/11/2019